



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Criado pela Lei Municipal 2.532/91 e alterado pela Lei Municipal nº 5.194/2011

Ata da 3ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Educação, biênio 2019-2021.

No dia 28 de novembro de 2019, reuniram-se na APAE- Pindamonhangaba, situada na Rua José Oliveira, 55, Bairro do Crispim a Presidente do Conselho Evalda de Andrade Silva Costa, Andrea Rodrigues de Moraes, Josafá Agra de Santana, Ronaldo Pipas, Tânia Vieira Crescenzo, Andrea Campos Sales Martins, Ana Cláudia Godoi de Oliveira, Roseli M. Santos Freire, Patrícia Aparecida dos Santos Cupertino, Ellen Mathias Alves Cruz, Tatiane Regina Joana Ferreira dos Santos e Fátima Lucinda Ap. Soares.

A Presidente deu início a reunião as 18h20 minutos devido à espera pela presença dos Conselheiros. Assim que atingiu a quantidade de Conselheiros necessários (quatro titulares e cinco suplentes) para cumprir quórum previsto em Regimento, a mesma deu início cumprimentando os Conselheiros e apresentação dos convidados Ronaldo Pipas, Fátima Lucinda e a Presidente responsável pelo Plano de Carreira da Educação Tatiane Joana Ferreira.

Josafá questiona a necessidade de os conselheiros estarem presentes nas reuniões. A presidente mencionou as justificativas enviadas pelos conselheiros ausentes: Milton Gonçalves, Irene Ribeiro, Tiago da Cunha, Ronaldo Zanin, Maria Lúcia, Renata Galvão e Lair Carvalho.

A presidente Evalda procede com o primeiro assunto da pauta Exposição sobre ações de fomento ao Plano de Carreira (Meta 18 do Plano Municipal de Educação, Lei Nº 5786, 23 de junho de 2015), passando a palavra para a Conselheira Professora Tânia que colocou em pauta os êxitos alcançados pelo Plano de Carreira. A professora Tânia por sua vez solicita que a Professora Tatiane explique o que for necessário para que o conselho Municipal de Educação consiga lhe ajudar de alguma forma a montar reuniões do Conselho do Plano de Carreira que obtenham quórum suficiente para tomadas de decisões.

Professora Tatiane toma a palavra explicando sobre a LEI 5318 de 2011, na qual instituiu uma avaliação e acompanhamento do Plano de Carreira. Para que se cumpra a referida Lei, é necessária que dentro das escolas do município estejam presentes pelo menos 01 (um) representante legal de cada escola, ou estarem presentes ao menos 60 (sessenta) pessoas para cumprir o Quórum estabelecido dentro do seu regimento. A Professora Tatiane por sua vez esclarece que está com dificuldades de reunir os professores responsáveis para que dê andamento nos estudos. Deste modo informou que para resolução desta problemática, houve reuniões com outras cidades do Vale do Paraíba e Litoral e o MEC para que esta questão do quórum fosse solucionada, porém houve várias oposições e não apresentaram soluções para esta problemática. Inteirou que o Plano de Carreira foi uma comissão que foi estudada e foi enviada para as escolas para serem analisadas pelos professores afim de despertá-los para o interesse em participar das reuniões do Plano de Carreira. Colocou que a Professora Carmem foi responsável por verificar o documento e houve algumas modificações dentro do Plano de Carreira, mas ainda permanecem muitos estudos em aberto. Josafá sugeriu a então Presidente do Plano de Carreira uma audiência pública para proposta de suposta ajuda que a Presidente Tatiane apresenta ao Conselho. A

Presidente Tatiane então rebateu dizendo que é necessário um novo estudo para apresentação das ideias do Plano de Carreira pois o que já foi realizado é antigo e tornou-se obsoleto. Josafá então se posicionou alegando que o Público precisa saber desta dificuldade em obter quórum e assim facilitaria para os membros do Plano de Carreira a solicitação do Quórum. A professora Tânia rebate alegando que é necessária uma nova estrutura da comissão de 60 (sessenta) membros. Josafá continuou defendendo a ideia de apresentar o que está acontecendo à população. A visitante Ex-Presidente do Conselho Municipal de Educação, sra. Fátima, explica que já foram encabeçadas algumas audiências públicas e os vereadores foram muito participativos e conseguiram executar inclusive em locais públicos como Salesianos, Praça e Centros comunitários. Tânia afirma que estão buscando soluções para entregar o estudo atualizado. A Presidente do Conselho Municipal Evalda enfatizou que apesar dos obstáculos, a comissão do Plano de Carreira conseguiu apresentar uma Minuta. A professora Tatiane explicou que foram distribuídos estes estudos para que as escolas e professores pudessem analisar os documentos. O MEC em 2017, entra como um auxiliador de ferramentas que cruzariam informações com os outros dados Municipais para serem elaborados o plano de carreira 2018. A Professora Tania cita ainda que esses estudos devem ser feitos anualmente e que de 2012 a 2018 houve mudanças. A professora Tatiane colocou que existe um questionário que a secretaria de educação deve responder e isso é avaliado pelo MEC. Afirma que o número de professores é um problema, pois existe uma defasagem de professores em sala, pois os que deveriam estar em sala estão ocupando cargos de Direção nas escolas e de projetos como Casa Verde. Para que exista uma equalização dos professores é preciso que aja um concurso público já que o que ocorreu este no de 2019 está suspenso por decisão judicial. A professora Tania questionou se os professores de educação física e artes são efetivos e a professora Tatiane respondeu que não, que por enquanto eles estão enquadrados em um sistema de Chamamento, pois é uma questão de orçamento público que deve ser discutido. Josafá rebateu afirmando que o Conselho precisa estudar para que exista uma melhor compreensão do assunto. A professora Tania ressalta a necessidade da conversa para atuação e desenvolvimento do estudo. A professora Tatiane rebate que no universo de 800 (oitocentos) professores apenas 60 (sessenta) precisam comparecer as reuniões para terem quórum, posiciona o Conselho Municipal e solicita a intervenção solicitando um dia do HTPC que faz parte do horário remunerado da professora para que estes estejam presentes na reunião do Plano de Carreira. A então visitante ex-presidente do Conselho Municipal, sra. Fátima, afirma que seria interessante que ocorresse esta manobra para alcançar os professores para o plano de carreira. Ellen então pontuou junto à presidente da comissão do plano de carreira que o interesse em participar de melhorias é exclusivamente do professor e que ele deve querer estar presente nas reuniões, mesmo sem remuneração, devido aos benefícios que isto trás. A professora Tatiane afirmou que alguns professores deixaram de ir ao HTPC para frequentarem a reunião do Plano de Carreira e, com isso, receberam falta na HTPC. Josafá então rebate que o CME não funciona como Sindicalista, e o escopo do conselho é propor e fiscalizar. Andreia Campos Sales afirma que o município e todos precisam propor ideias e o CME é um colegiado formulado especificamente para este fim. A presidente Evalda toma a palavra e solicita ações de fomento do Plano de Carreira, pediu para que seja realizada uma proposta que seja endossada pelo colegiado. Josafá coloca que é necessário que o Plano de carreira apresente um estudo bem feito para que o conselho consiga auxiliá-los. Ellen levantou a possibilidade de as reuniões serem realizadas em polos. A professora Tatiane então rebateu que os estudos são realizados dessa forma, mas para acontecer as votações é mais complexo pela abrangência das apurações. A presidente Evalda tomou nota dos apontamentos da professora Tatiane e parabenizou todo o trabalho realizado, juntamente com a Professora Tânia que agradeceu ao Ex-Presidente e atual Vereador Ronaldo Pipas pela ajuda e apoio. A Presidente Evalda levantou o questionamento direcionado para o

então Ex-Presidente do Conselho Municipal e atual Vereador Ronaldo Pipas sobre o concurso público para o cargo de diretores. Ronaldo Pipas traz o posicionamento que o concurso está na justiça e a prefeitura suspendeu e até cancelou o concurso, mas que apenas o instituto IUDS é quem tem autonomia para cancelar de fato o concurso, por esta razão a justiça é quem deve dar a palavra final para resolução desta problemática. Enquanto isto não ocorre, para que as escolas não fiquem sem responsáveis, existem professores atuando nesta função de diretores e como não podem ser remunerados como tal. O que tecnicamente também em longo prazo despertou o Tribunal de Contas do Município. Josafá questionou sobre as licitações e Ronaldo Pipas afirma que o correto dentro das licitações é garantir qualidade e preço. A professora Tânia esclarece que os diretores têm funções específicas e que o professor deve contar com o plano de carreira. O então Vereador Ronaldo Pipas posiciona o Conselho sobre a Constituição. A Conselheira Andrea Rodrigues de Moraes questionou a situação dos diretores que estão participando desta supervalorização das horas extras enquanto o Tribunal de Contas não interfere quanto ao concurso realizado. A professora Tatiane rebate que é complicado, mas como explicitado anteriormente, é necessário remunerar desta forma para que as professoras assumam os cargos de direção temporariamente. Segue seu discurso reforçando que o estudo do Plano de Carreira está defasado e precisa ser atualizado. Reafirmou que quem faz essa atualização precisa dos dados fornecidos pelo MEC na plataforma que fica sobre responsabilidade da Secretária de Educação. A professora ainda pontuou que não sabe se a plataforma do MEC está sendo alimentada como deveria. Lembra que toda a mudança deve ser colocada na plataforma para acompanhamentos futuros. A Professora Tânia indagou enquanto município o que pode ser feito. E a resposta advinda da professora Tatiane é que o município precisa de comissão para responder todos os questionamentos. Finalizando o assunto Plano de carreira, a ex-presidente do Conselho Municipal de Educação, sra. Fátima, endossa que o CME pode solicitar essas informações. A presidente Evalda recebeu a Minuta do Plano de Carreira das mãos da professora Tatiane, agradeceu os posicionamentos e deu prosseguimento à pauta.

A Professora Tatiane com a palavra pede ao Conselho que analise uma possível ideia de intercâmbio dos alunos das escolas Municipais que estão ingressando nas primeiras séries do Fundamental II nas escolas Estaduais, a proposta da professora é que tanto os alunos como os professores possam trocar experiências e evitar choques culturais e até mesmo psicológicos como os alunos que levam laudos e dificuldades cognitivas e comportamentais. A ex-presidente do CME Fátima posicionou que em Franco da Rocha este processo já é realizado e tem obtido bons resultados. A professora Tatiane argumenta que mesmo que os alunos sejam encaminhados com relatórios e laudos, são poucos os professores que analisam estes documentos o que faz com o que o professor perca bastante tempo descobrindo as dificuldades do aluno. A ideia da proposta é facilitar a vida do aluno e professor desenvolvendo um trabalho humanizado. Ressaltando os alunos com algum tipo de necessidade de educação especial que acabam sendo abandonados por falta de interesse do professor no aluno. A conselheira Andreia Rodrigues de Moraes, representando as escolas Estaduais, explicou que as escolas estaduais para o próximo ano letivo disponibilizarão projetos de integração e acolhimento desses alunos. Explicou que este período de acolhimento tem como objetivo um projeto de integração de trabalhar o emocional e o social de cada criança. Coloca ainda que o intercâmbio é uma ideia interessante, porém incabível pela quantidade de alunos que frequentam as salas de aula. A professora Tatiane ressalta ainda que os gestores estaduais deveriam ter por obrigatoriedade conversar sobre os alunos com gestores municipais. A conselheira Andrea contra argumenta colando que isso já ocorre com os alunos de inclusão, e esta questão está bem encaminhada. É fato que é preciso melhorar. Mas para este ano já existe uma reunião marcada para que este assunto seja discutido. A professora Tatiane, por sua

vez, argumenta e defende a questão dos alunos que não possuem laudo de criança de inclusão mas precisam de cuidados e atenção como tais. O representante de pais Josafá ressalta que é um problema nacional, que ocorre em larga escala e que se os órgãos de saúde poderiam auxiliar nesta demanda. Levantou também a questão de o município utilizar estagiários para fazer a função de professores de apoio quando na verdade precisavam ser assistidos por psicopedagogos. Termina sua fala dizendo que a escola do Estado não está preparada para atender esta demanda de crianças especiais e que ele, pessoalmente, tem envidado esforços junto ao poder público municipal para melhorias no campo da inclusão. A presidente Evalda toma nota da proposta da professora Tatiane, com a finalidade de apresentá-la em reunião na SME, e agradece o diálogo. Neste momento, Josafá enfatiza a importância de ser dado direito a voto aos conselheiros suplentes. Evalda e Tânia ratificam que o mesmo pode ser viabilizado em pauta na primeira reunião de 2020. A presidente Evalda agradece todas as contribuições e prossegue para o próximo assunto da pauta.

A presidente Evalda então entra no próximo assunto da pauta referente a Definição da equipe de voluntários para fiscalização do processo seletivo GREB/ Gestor Regional de Educação básica. A mesma informa que no dia 30 de Novembro estará presente na Faculdade Anhanguera para acompanhar a aplicação as provas para os Gestores. Solicita aos membros do Conselho que acompanhem as Eleições que serão realizadas em 06 (seis) polos mais a secretaria de Educação. Para que esteja dentro da conformidade é necessário um representante do CME em cada um dos seguintes polos: NAP Governador Mário Covas, Escola Municipal “Félix Adib Miguel”, Escola Municipal “Prof.a Isabel do Carmo Nogueira”, Escola Municipal “Prof. Elias Bargis Mathias”, Escola Municipal “Arthur de Andrade” e Secretaria Municipal de Educação. A eleição ocorrerá das 8 (oito) horas da manhã as 17 (dezessete) horas da tarde. A distribuição de conselheiros para fiscalização foi assim desenhada: Andrea Rodrigues opta por ficar de Fiscal na Secretaria de Educação, Tânia Crescenzo opta pela Escola Municipal “Prof. Elias Bargis Mathias”, Patrícia dos Santos Cupertino opta pelo NAP (Mário Covas), Ellen Alves Cruz responsável para fiscalizar na Escola Municipal “Félix Adib Miguel”, Evalda de Andrade Silva Costa responsável na Escola Municipal “Prof.a Isabel do Carmo Nogueira”, restando a unidade Escola Municipal “Arthur de Andrade” para definição de fiscal. A presidente agradece a disponibilidade e dá continuidade à reunião.

Sabendo que uma das funções do CME é a propositiva, a presidente Evalda propõe a Alteração de sinalizador nas escolas municipais de Pindamonhangaba, afirmando que infelizmente os sinais das escolas são os mesmo que disponibilizam em penitenciárias. A presidente afirma que para descaracterizar essa imagem, e até mesmo sobre pena de relatos de crianças terem medo do barulho da sirene, é necessário propor à SME que o sinal seja trocado por música clássica. A professora Tânia e Ronaldo Pipas concordaram sobre o sinal em forma de sirene ser agressivo às crianças. A Presidente Evalda ressalta que em escolas de Campinas a utilização de música clássica já ocorre e tem obtido bons resultados. Levantou também que o equipamento pode ser adquirido com recurso do FUNDEB. A presidente colocou a proposta achando pertinente e abrindo para votação. Endossados pela presidente Evalda, os membros do Conselho pontuaram para que não sejam usadas músicas que não cumprem aos objetivos formais dos espaços educativos. Deste modo, todos aderiram à pertinência da proposta.

A presidente Evalda passa a palavra para o Momento reflexão feito pelo Ex-presidente e atual vereador Ronaldo Pipas e Ex-presidente do Conselho Fátima que abordou a valorização do trabalho voluntário de conselheiros de educação. Ronaldo Pipas inicia o discurso ressaltando a importância do CME em fiscalizar e a importância que resulta dentro da educação. Citou que em sua gestão a Secretária de Educação foi a Babi e que houve muitas discordâncias para chegar à

excelência. Pontuou sobre a próxima secretária de educação a senhora Cidinha, a qual já confiava no CME para avaliar e escolher os materiais para serem comprados tornando o CME cada vez mais forte. Falou para os futuros conselheiros que os membros do Conselho têm força para tomadas de decisões. Agradeceu a todos passando a palavra para Fátima. A então ex-presidente agradece ao convite à presidente Evalda e conclui sua fala dizendo que aprendeu e está aprendendo com a Educação. Expôs que o CME é recente, tendo início 1988, afirmou que os conselhos iniciaram dentro das escolas, mesmo sendo recente já possuem 86% (oitenta e seis por cento) de adesão nos municípios, tudo porque os Prefeitos descobriram que sem o conselho para deliberar era impossível obter verbas e tomadas de decisões. Contou sobre a sua luta em reabrir as bolsas de estudo na Faculdade de Pindamonhangaba FAPI, citou o CONAE, e posicionou os membros de que o CME não deve e não é um degrau para a política, mas sim para defender a educação. Aconselhou os membros a fazerem cursos e se qualificarem para compreenderem melhor a educação, pediu que os conselheiros lembrassem que o CME não é para defender direitos do Município mas para lutar pela educação das crianças. Concluiu dizendo que o papel do conselheiro é ajustar o que não está correto, é fazer parcerias e assim apreender e ser reconhecido em outras cidades. Lembrou que ninguém chega no CME sabendo tudo, é preciso estudar. Relata ainda que Ex-Prefeito João Ribeiro e a Babi fizeram uma excelente gestão juntamente com o CME para melhoria da educação. Citou vezes que João Ribeiro acompanhou o CME para resolução de problemas e por fim termina seu discurso elogiando Ronaldo Pipas pela sua brilhante gestão. Com a palavra a presidente Evalda agradece a presença de todos, lembra que a reunião de apresentação das propostas junto ao sr. Secretário municipal de Educação Júlio do Valle já estava marcada, e deseja boas festas.

E, por mais nada haver a declarar eu, conselheira Ellen Mathias Alves Cruz, do segmento “Representantes de escolas particulares” conforme Decreto nº 5.709 de 31 de outubro de 2019, em auxílio ao secretariado deste Conselho Municipal de Educação e sob revisão da segunda secretária Andrea Rodrigues de Moraes, redijo a presente ata, que também será assinada por mim e pelos conselheiros na folha de presença em anexo.